Edição N° 185 - 09/01/2015

502 canais de retransmissão são autorizados em MG e no PR

O Ministério das Comunicações publicou no <u>Diário</u> <u>Oficial da União desta sexta-feira.</u> 9, autorizações para o funcionamento de 57 canais de retransmissão em Minas Gerais e 445 no Paraná.

As autorizações são resultado da força-tarefa realizada nos estados para regularizar o sinal de retransmissoras de TV. Todos os requerimentos passaram por uma análise técnica e jurídica na sede do Ministério das Comunicações, em Brasília.

Ao todo, o MiniCom recebeu 1.203 solicitações de canal durante o mutirão realizado em Minas Gerais. Em novembro do ano passado, a pasta já havia autorizado 243 canais de retransmissão no estado.



O primeiro mutirão para regularização de canais de retransmissão foi realizado na Bahia. Em seguida, o MiniCom levou a força-tarefa à Minas Gerais e ao Paraná.

Os Estados foram escolhidos por concentrarem o maior número de pedidos de novas retransmissoras.

Maioria quer rádio FM no celular

Uma enquete no site Tudo Rádio.com sugere que boa parte dos brasileiros exige o rádio FM no celular na hora de comprar um novo aparelho.

A pesquisa de opinião quer saber se o internauta ou o ouvinte exige o rádio FM no seu novo smartphone (clique aqui para votar).

O resultado parcial revela que 55% (278) só compram o aparelho que tiver o rádio FM integrado. Já 28% (141) optam por ouvir a programação do rádio via streaming (na internet).

A minoria (16%) até prefere que o celular tenha o chip de rádio, mas se interessa mais pelo modelo e pela marca.

Os dados são compatíveis com pesquisa da Abert sobre o rádio FM no celular.

De acordo com levantamento da associação, de 206 aparelhos celulares à venda no mercado, 88% já vêm com chip de rádio FM integrado. Nos celulares até R\$ 300, esse índice chega a 99%, o que demonstra alta adesão do rádio FM pelos consumidores.

A Abert lançou no fim do ano passado a campanha "Smart é ter rádio de graça no celular". A ideia é sugerir à população que opte por celulares com chip de rádio FM na hora de comprar o aparelho móvel. Uma maneira de garantir informação e entretenimento gratuitamente, sem depender de pacote de internet.

A campanha reúne três spots de rádio, peças publicitárias para internet, mídia impressa, redes sociais, além de um folder eletrônico (download aqui).

A enquete no Tudo Rádio.com fica disponível até a primeira quinzena de janeiro.

63% não ouvem a Voz do Brasil, aponta pesquisa

A <u>Pesquisa Brasileira de Mídia 2015</u>, divulgada pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República, revela que a maioria dos brasileiros continua sem ouvir o programa A Voz do Brasil.

De acordo com o levantamento encomendado ao Ibope, 63% não ouvem ou nunca ouvem o programa governamental. Outros 16% ouvem apenas um dia por semana, ou menos, e 7% ouvem duas vezes na semana.

A flexibilização do horário de transmissão do programa mantém-se como uma das principais bandeiras da Abert.

De acordo com pesquisa Datafolha, encomendada pela entidade 68% dos brasileiros são favoráveis à mudança.

Caso o horário de transmissão seja ampliado,



a audiência da Voz do Brasil aumentará até 13 pontos percentuais.

Na pesquisa Brasileira de Mídia 2015, os estados que menos sintonizam o programa criado na era Vargas são: Espírito Santo (76%), São Paulo (74%), e Minas Gerais (69%).

Do total dos entrevistados, 57% afirmaram já terem ouvido falar do programa e 41% responderam que o desconheciam.

AIR e Abert repudiam ataque à revista Charlie Hebdo

A AIR, Associação Internacional de Radiodifusão, e a Abert divulgaram notas condenando o ataque à revista francesa Charlie Habdo. Na quarta-feira (7), três terroristas islâmicos invadiram a redação da revista em Paris e abriram fogo contra os profissionais que se encontravam em reunião. Dez jornalistas e dois policiais foram mortos. O ataque foi motivado pela publicação de caricaturas do profeta Maomé pela revista.

Para as entidades, os crimes contra jornalistas e outros profissionais da imprensa afetam a liberdade de expressão, impedem o livre intercâmbio de informação e atentam contra os direitos da sociedade.

A AIR e a Abert se solidarizaram com o povo francês e com a família dos jornalistas e policiais assassinados.

Acesse a íntegra das notas da AIR e da Abert.

Minicom sofrerá corte de R\$ 8.96 milhões mensais

O orçamento do Ministério das Comunicações para 2015 terá um corte de R\$ 8,96 milhões mensais. Serão destinados à pasta R\$ 17,92 milhões por mês, um dos menores orçamentos do Executivo.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação terá corte de R\$ 130, 8 milhões por mês e poderá gastar R\$ 271,7 milhões mensalmente.

Os valores foram divulgados em decreto publicado no Diário Oficial da União desta quinta-feira, 8.

O corte nos 39 ministérios e secretarias especiais será de 33% em relação ao valor previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015, somando um total de R\$ 1,9 bilhão por mês. Em valores anuais, são R\$ 22,7 bilhões. Esse corte é provisório, já que o decreto tem validade até que o Congresso Nacional aprove o Orçamento da União para este ano. A expectativa é que a votação ocorra até março.

A decisão do governo afeta principalmente os gastos não prioritários, como as despesas de custeio. Ficam preservados os desembolsos com pessoal, aposentadorias e benefícios assistenciais.

Ministério suspende funcionamento de emissoras

O Ministério das Comunicações suspendeu o funcionamento de três rádios e uma TV nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e no Distrito Federal. A penalidade foi publicada nas edições do Diário Oficial da União desta semana.

A rádio que opera em Sergipe foi penalizada com suspensão de três dias. As demais emissoras devem parar de operar durante um dia. Algumas delas também terão que pagar multa.

Entre os motivos da suspensão está a alteração de objetivos sociais, de controle societário e transferência de concessão sem a prévia anuência do Ministério.

No total, 135 emissoras de rádio e televisão foram penalizadas nesta semana.

Desde 2013 está em vigor o novo regulamento de sanções administrativas.



A norma traz metodologia com os critérios e parâmetros para aplicação de sanções e estabelece uma gradação das penalidades.

A metodologia do cálculo das sanções está associada, por exemplo, ao tamanho da população atingida, ao grau da infração e à reincidência.